



ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

**Reconhecimento dos Programas de Subvenções Sociais –
COPASA**

Maio de 2023

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO - AIR

OBJETO DA REGULAÇÃO:

Reconhecimento dos Programas de Subvenções Sociais – COPASA

ÁREA RESPONSÁVEL:

Gerência de Regulação Tarifária

DATA: XX/05/2023

1. RESUMO:

Subvenções sociais são transferências de recursos destinados ao financiamento de despesas de custeio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, conforme previsto pela Lei Federal nº 4.320/64. Além disso, a Lei Estadual 22.781/17 estabelece que até 0,6% do faturamento mensal da empresa COPASA-MG deve ser destinado a um programa social de subvenção a entidades filantrópicas.

Apesar disso, como não há normas prévias estabelecidas para o programa de subvenção, as diretrizes para obtenção do benefício são definidas pela COPASA, estando sujeitas a modificações em qualquer momento. Os descontos concedidos impactam significativamente as organizações filantrópicas, que são o principal alvo das subvenções, mas também a própria prestadora, devido ao encargo financeiro causado pelo benefício, entretanto com menor expressividade.

Portanto, a principal motivação para esta Análise de Impacto Regulatório (AIR) é avaliar a viabilidade de reconhecer o programa de subvenções sociais destinado a entidades filantrópicas no cálculo tarifário. O documento examina opções para estruturar o programa, estabelecer critérios e avaliar possíveis impactos nos usuários da COPASA, a fim de subsidiar a simulação dos efeitos gerados pelas alternativas de implementação e permitir a comparação entre elas.

A Arsa-MG realizou um *benchmarking* para verificar as práticas adotadas por companhias estaduais na aplicação de subvenções sociais no país, resultando em três possíveis alternativas. A primeira alternativa envolve a criação de duas novas categorias na estrutura tarifária. A segunda alternativa seria a implementação de uma compensação financeira pelos descontos concedidos pela COPASA. Por fim, a terceira alternativa propõe não considerar o benefício, mantendo o faturamento da COPASA inalterado.

O presente documento expõe as metodologias utilizadas para os cálculos e a análise dos pontos positivos e negativos das alternativas propostas. Embora as alternativas I e II atinjam objetivos

semelhantes, a primeira envolve mudanças na estrutura tarifária que devem ser realizadas somente durante períodos de revisão tarifária. Já a terceira alternativa, por fim, se justifica pela falta de informações confiáveis de cadastro dos usuários, o que enfraquece os resultados que fundamentam as duas primeiras alternativas; contudo, a importância social do programa contribui para o reconhecimento do mesmo.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA REGULATÓRIO QUE SE PRETENDE SOLUCIONAR:

O marco regulatório do setor de saneamento no Brasil, a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, traz importantes dispositivos acerca do aspecto social da água. A referida lei cita como objetivo da Política Federal de Saneamento Básico a contribuição para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda, a inclusão social e a promoção da saúde pública.

Em consonância à função social da água, o artigo XCIV do Anexo da Lei Estadual nº 22.781/17, que alterou a Lei nº 18.692/09, define que até 0,6% do faturamento mensal da COPASA-MG seja destinado ao programa social de Subvenção a Entidades Filantrópicas. As subvenções sociais, regidas em âmbito federal pela Lei Federal nº 4.320/64, correspondem às transferências de recursos para financiamento de despesas de custeio (manutenção) de instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Mediante isso, a COPASA, no dia 4 de janeiro de 2023, encaminhou à agência a Comunicação Externa nº 02/2023 solicitando o reconhecimento dos programas de subvenções sociais na composição do cálculo tarifário da COPASA. A prestadora justifica ser papel da agência garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestadora.

Segundo informações enviadas pelo prestador, para o mês de dezembro, o valor dos descontos concedidos totalizou R\$ 1.394.196,67, ou seja, aproximadamente 0,26% do faturamento da prestadora no mesmo mês. Ainda, segundo a COPASA, os descontos representam uma despesa de aproximadamente 16 milhões de reais por ano para a prestadora.

Dado o exposto acima, a Arsa-MG pretende por meio deste documento, avaliar as possíveis alternativas e os impactos resultantes de uma implementação de um programa de subvenção, regulamentado pela agência, para entidades filantrópicas usuárias dos serviços da COPASA.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES OU GRUPOS AFETADOS PELO PROBLEMA REGULATÓRIO IDENTIFICADO:

Os principais atores afetados pelo problema em questão são os usuários dos serviços de água e esgoto da COPASA-MG que se enquadram como entidades filantrópicas — público alvo das subvenções — bem como a própria prestadora. As entidades filantrópicas não possuem segurança na continuidade do programa estabelecido pela COPASA, uma vez que as condições gerais para acesso ao benefício podem ser alteradas a qualquer momento. Em contrapartida, as subvenções concedidas geram um ônus para a prestadora.

Ainda, serão afetados, caso haja reconhecimento do programa, todas as demais categorias, uma vez que a concessão de subsídio terá como contrapartida o aumento médio da fatura em igual proporção.

A partir da filtragem das bases do CNEAS para Assistência Social, Censo Escolar de Educação Básica para Educação, RECAD para Segurança Pública e CNES para Hospitais Públicos e Filantrópicos, a Arsa-e-MG estimou que 12 mil unidades usuárias são passíveis de serem beneficiados pelas subvenções. Em contato com a COPASA, a agência solicitou o número e registro atual de beneficiários do programa, mas não obteve resposta.

Diante desse número potencial, ponderado pela importante função social da água, fez-se necessária uma análise a respeito dos impactos da consideração das subvenções concedidas na composição do cálculo tarifário, assim como ponderações acerca da uniformização e perenidade dos critérios de enquadramento.

4. IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL QUE AMPARA A AÇÃO ESTATAL SOBRE O TEMA TRATADO:

As subvenções sociais foram definidas pela Lei Federal n.º 4.320/64, conforme descrito abaixo:

3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

[...]

Ainda na mesma lei:

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social,

médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Porém, sua aplicação e enquadramentos foram definidos em âmbito estadual pela Lei n.º 22.781/17, que alterou a Lei n.º 18.692/09. Especificamente o artigo XCIV do Anexo da referida lei dita:

XCIV – no programa social Subvenção a Entidades Filantrópicas, que objetiva destinar até 0,6% (zero vírgula seis por cento) de faturamento mensal da Copasa-MG por meio da concessão de subvenção referente ao serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário às entidades filantrópicas e hospitais vinculados:

a) bens, valores ou benefícios cuja distribuição gratuita ou subsidiada é permitida: para as entidades cadastradas na Ação Conta com a Gente, a subvenção representa desconto de 25% (vinte e cinco por cento) nas tarifas; para os hospitais filantrópicos, o desconto é de 50% (cinquenta por cento);

b) destinatários dos bens, valores ou benefícios: entidades cadastradas na Ação Conta com a Gente e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, beneficentes, comprovados por meio de certificação oficial emitida pela secretaria de estado de governo competente ou conselho municipal de saúde ou órgão federal competente;

A Lei estabelece não só critérios para enquadramento nos benefícios, mas também os percentuais aplicados e o montante máximo destinado ao benefício. Contudo, o certificado de regularidade das instituições beneficiárias pelo Programa Conta com a Gente, emitido pela SEDESE, foi extinto em 2018. Foi emitida, juntamente à portaria que extinguiu o certificado, a Orientação Conjunta – SEDESE/ SEE/ SESP/ COPASA-MG Dezembro/2018 que orienta a continuidade dos descontos tarifários.

Por fim, apesar do embasamento e previsão legal do benefício, a procuradoria da agência compreendeu que não há obrigatoriedade de considerar esse benefício na composição tarifária do prestador. Dessa forma, essa análise se orienta na Lei nº 11.445/2007 em que, dentre as diretrizes estabelecidas, os serviços públicos prestados de saneamento básico devem promover: modicidade tarifária; articulação com as políticas públicas de combate à pobreza e sua erradicação; e adequação à capacidade de pagamento dos usuários.

5. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR:

O principal objetivo a ser alcançado é avaliar a viabilidade da implementação do programa de subvenções sociais a entidades filantrópicas que atuam em benefício da sociedade. Além disso, o

documento analisa as alternativas de estruturação do programa, define critérios a serem adotados e os possíveis impactos sentidos pelos usuários da COPASA, de forma que subsidie a simulação dos efeitos gerados pelas alternativas de implementação, permitindo a comparação entre elas.

Adicionalmente, estabelecem-se estratégias para a implementação do programa, observando as oportunidades e desafios a serem enfrentados. Além disso, ressalta-se a necessidade de adaptações a serem feitas nas bases de dados entregues pela COPASA, dado que não é previsto em resolução a entrega de informações específicas sobre a identificação de unidades usuárias cadastradas no programa de subvenção.

6. DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA REGULATÓRIO IDENTIFICADO:

Foi realizado *benchmarking* com prestadores estaduais procurando verificar as práticas de aplicação de subvenções sociais no mercado. Realizou-se um levantamento de 16 prestadores e, dentre esses, 7 aplicam subsídio via categoria alternativa na estrutura tarifária¹. Quanto a metodologia de desconto, encontrou-se informações de apenas 3 prestadores:

Quadro 1 – Metodologia de desconto para entidades filantrópicas

Prestadores	Categoria	Característica
Sabesp (São Paulo)	Entidade de Assistência Social	Desconto de 50% em relação a categoria Comercial Individual.
Casal (Alagoas)	Entidade Filantrópica	Desconto de 40% da Tarifa Mínima Residencial para qualquer consumo.
Sanepar (Paraná)	Utilidade Pública	Desconto de 50% no valor do metro cúbico acima da tarifa mínima da categoria de Utilidade Pública.

Atualmente, as subvenções concedidas pelo prestador às entidades sociais são feitas por descontos diretos nas tarifas, sem a existência de qualquer compensação. Diante disso, a Arsa-MG trabalhou com três alternativas:

A primeira foi a criação de duas novas categorias na estrutura tarifária, uma direcionada às entidades filantrópicas, e outra direcionada aos hospitais públicos ou filantrópicos. Assim como é feito para a categoria residencial social, foi feito o desmembramento da categoria comercial e pública, aplicando os descontos sobre as tarifas das mesmas.

¹ Os 7 prestadores em questão foram: Caema (Maranhão), Cagece (Ceará), Casal (Alagoas), Casan (Santa Catarina), Embasa (Bahia), Sabesp (São Paulo), e Sanepar (Paraná).

A partir da criação das duas categorias, seria calculado também uma compensação financeira pelo faturamento, a maior ou a menor, em função do mercado das novas categorias de subvenção ser diferente do previsto. Essa compensação seguiria nos moldes da compensação da Tarifa Social atualmente aplicada à COPASA.

A segunda seria a implementação de uma compensação financeira pelos descontos concedidos pela COPASA, em que o cálculo do valor de subvenção mês a mês é corrigido pela SELIC acumulada até a data da aplicação do novo reajuste. Em ambos os primeiros casos, haveriam aumentos tarifários para os demais usuários. Destaca-se que não foi encontrada uma aplicação do programa via compensação financeira, sendo um pioneirismo da Arsae-MG caso haja viabilidade.

Por fim, **a terceira alternativa seria de não fazer nenhuma mudança**, de modo que o benefício não seria considerado na composição de tarifas e, portanto, o faturamento autorizado da COPASA permaneceria inalterado. Essa opção é possível dado o fato que não é previsto em lei a obrigatoriedade de a Agência considerar o benefício na composição tarifária da COPASA.

As alternativas, suas limitações e possíveis impactos serão melhor explicados na seção seguinte.

7. EXPOSIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS DAS ALTERNATIVAS:

Antes da demonstração dos impactos das alternativas propostas, é importante mencionar a metodologia usada para classificação das entidades aptas a receberem o benefício.

Para a simulação, estão aptas a receber os benefícios, economias categorizadas como Comerciais para Entidades Filantrópicas e Pública para os Hospitais, segundo os itens III e V, do Art. 18 da Resolução Normativa Arsae-MG 131/2019:

III - comercial: unidade usuária utilizada para exercício de atividades de comércio e serviços, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclusive hospital, asilo, orfanato, creche, albergue, entidade sindical e organização religiosa, cívica ou política, e de atividades não contempladas em outras categorias;

[...]

V - pública: unidade usuária utilizada para exercício de atividade de órgão ou entidade da administração direta e indireta.

A. Entidades Filantrópicas:

Segundo os critérios definidos pela Orientação Conjunta – SEDESE/ SEE/ SESP/ COPASA-MG Dezembro/2018, para o recebimento do benefício sobre o valor da fatura, as Entidades Filantrópicas deverão estar registradas e apresentar documentação de acordo com sua finalidade:

- a. Da Assistência Social
 - I. Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que comprove a regularidade da entidade;
 - II. Relatório totalizador do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), comprovando que a entidade concluiu seu processo de cadastramento.
- b. Da Educação
 - I. Autorização de Funcionamento expedida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendências Regionais ou Secretarias Municipais de Educação.
- c. Da Segurança Pública
 - I. Registro Cadastral das Organizações da Sociedade Civil em Álcool, Tabaco e Outras Drogas - RECAD emitido pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

B. Hospitais Públicos:

Ainda seguindo critérios estabelecidos na Orientação Conjunta, para o recebimento do benefício sobre o valor da fatura, os Hospitais Públicos deverão apresentar certificação oficial emitida pelo Conselho Municipal de Saúde ou Órgão Federal/Estadual competente.

Apresentação dos impactos das alternativas:

Nas análises a seguir, utilizou-se um mercado estimado, não sendo possível garantir que as propostas abaixo gerem montantes de subsídio inferiores à 0,6% do faturamento mensal da COPASA.

Deve-se ressaltar que uma vantagem em comum sobre a consideração desse benefício na composição do cálculo tarifário é a garantia da perenidade dos descontos, bem como a uniformização dos critérios e dos benefícios a serem concedidos.

Alternativa I – Criação de Novas Categorias

A criação de novas categorias visa garantir o equilíbrio econômico-financeiro do prestador redistribuindo o ônus gerado pelos descontos concedidos pelas demais categorias. Tal prática é amplamente difundida no setor, sendo utilizada por agências infranacionais de referência, como a Arsesp.

Diante disso, haveria os desmembramentos das Categoria Comercial em Comercial e Entidades Filantrópicas, e da Categoria Pública em Pública e Hospitais Públicos. As faturas dessas novas categorias seriam construídas com base nos valores definidos para as Categorias Comercial e Pública, de forma análoga ao que hoje tem-se com a Categoria Residencial Social e Categoria

Residencial. Considerou-se, para a seguinte alternativa, 2 possibilidades para os percentuais de desconto:

1. 25% para Entidades Filantrópicas e 50% para Hospitais Público, como é hoje aplicado pela COPASA;
2. 50% para Entidades Filantrópicas e Hospitais Públicos, como sugestão para uniformização do benefício concedido.

Devido à ausência de informações confiáveis sobre o número real de economias passíveis de receberem o benefício, bem como a ausência de dados a respeito do consumo dessas economias, não é possível garantir a precisão das estimativas a seguir.

Primeiramente, estimou-se o número de economias que estariam aptas a se enquadrarem nas Categorias Entidades Filantrópicas e Hospitais Públicos. Sabe-se que o número de Instituições existentes dentro da área de concessão da COPASA é de 11.598 Entidades Filantrópicas e 319 Hospitais Públicos, com um valor médio de 1,56 e 1,79 economias por instituição, respectivamente. O mercado das Categorias Comercial e Pública foi seccionado de forma proporcional para enquadrar as demais categorias, mantendo-se o número total de economias dentro da área de concessão.

Posteriormente, foram definidas as faixas de valores e tarifas aplicadas às novas categorias. Esses subsídios foram aplicados à Tarifa Fixa e a todas as faixas de consumo, de modo que a fatura de um Hospital Público, por exemplo, seria sempre igual a metade da fatura de uma economia pública de igual consumo. Atualmente, a COPASA limita o subsídio ao consumo igual ou inferior ao consumo médio histórico do usuário; dessa forma, se um usuário consome em média 40 m³, e em um mês o consumo registrado foi de 45 m³, os 5 m³ acima excedentes são tarifados normalmente, conforme estabelecido em quadro tarifário. Por motivos de ausência de informações de mercado e de previsão legal da regra, tal peculiaridade não foi considerada.

Outro pressuposto garantido na análise, foi a neutralidade da receita do prestador, ou seja, a consideração dos subsídios gerou um ônus aos demais usuários. Redistribuiu-se o ônus de forma linear, respeitando os critérios de progressividade das tarifas definidos na 2ª Revisão Tarifária Periódica da COPASA.

Partindo desses pressupostos, estimou-se o seguinte quadro tarifário e as seguintes faturas:

Tabela 1 – Comparação Quadro Tarifário (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Categorias	Faixas	Água e Esgoto			Unidade
		Atual	25%-50%	50%	
Residencial Social	Fixa	15,94	15,97	16,00	R\$/m³
	0 a 5 m³	1,84	1,84	1,84	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	3,91	3,92	3,92	R\$/m³
	> 10 a 15 m³	6,06	6,07	6,08	R\$/m³
	> 15 a 20 m³	8,28	8,29	8,30	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	21,05	21,09	21,12	R\$/m³
Residencial	> 40 m³	25,68	25,73	25,77	R\$/m³
	Fixa	35,44	35,50	35,55	R\$/m³
	0 a 5 m³	3,67	3,68	3,68	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	7,82	7,84	7,85	R\$/m³
	> 10 a 15 m³	12,12	12,15	12,16	R\$/m³
	> 15 a 20 m³	16,55	16,58	16,60	R\$/m³
Comercial	> 20 a 40 m³	21,05	21,09	21,12	R\$/m³
	> 40 m³	25,68	25,73	25,77	R\$/m³
	Fixa	57,42	57,51	57,59	R\$/m³
	0 a 5 m³	7,95	7,96	7,97	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	11,92	11,94	11,96	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	16,04	16,06	16,09	R\$/m³
Industrial	> 20 a 40 m³	20,20	20,24	20,27	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	24,49	24,53	24,57	R\$/m³
	> 200 m³	28,80	28,85	28,89	R\$/m³
	Fixa	57,42	57,51	57,59	R\$/m³
	0 a 5 m³	7,95	7,96	7,97	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	11,92	11,94	11,96	R\$/m³
Pública	> 10 a 20 m³	16,04	16,06	16,09	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	20,20	20,24	20,27	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	24,49	24,53	24,57	R\$/m³
	> 200 m³	28,80	28,85	28,89	R\$/m³
	Fixa	48,80	48,88	48,95	R\$/m³
	0 a 5 m³	7,53	7,54	7,55	R\$/m³
Entidades Filantrópicas	> 5 a 10 m³	11,29	11,31	11,33	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	15,19	15,22	15,24	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	19,14	19,17	19,20	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	23,20	23,24	23,27	R\$/m³
	> 200 m³	27,28	27,33	27,37	R\$/m³
	Fixa	-	43,13	28,79	R\$/mês
Hospitais Públicos	0 a 5 m³	-	5,97	3,99	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	-	8,96	5,98	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	-	12,05	8,04	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	-	15,18	10,13	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	-	18,40	12,28	R\$/m³
	> 200 m³	-	21,64	14,44	R\$/m³
Hospitais Públicos	Fixa	-	24,44	24,47	R\$/mês
	0 a 5 m³	-	3,77	3,78	R\$/m³
	> 5 a 10 m³	-	5,66	5,67	R\$/m³
	> 10 a 20 m³	-	7,61	7,62	R\$/m³
	> 20 a 40 m³	-	9,59	9,60	R\$/m³
	> 40 a 200 m³	-	11,62	11,64	R\$/m³
Hospitais Públicos	> 200 m³	-	13,67	13,68	R\$/m³

Tabelas 2 e 3 – Comparação das Faturas Residenciais Sociais (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Faturas Residenciais Sociais - Água e Esgoto					Faturas Residenciais Sociais - Água e Esgoto				
Volume m³	Fatura em R\$		Diferença		Volume m³	Fatura em R\$		Diferença	
	Atual	25% e 50%	R\$	%		Atual	50%	R\$	%
0	15,94	15,97	0,03	0,21%	0	15,94	16,00	0,06	0,35%
1	17,78	17,81	0,03	0,18%	1	17,78	17,84	0,06	0,32%
2	19,62	19,65	0,03	0,15%	2	19,62	19,68	0,06	0,29%
3	21,46	21,49	0,03	0,13%	3	21,46	21,52	0,06	0,27%
4	23,30	23,33	0,03	0,11%	4	23,30	23,36	0,06	0,25%
5	25,14	25,16	0,02	0,09%	5	25,14	25,20	0,06	0,24%
6	29,05	29,08	0,03	0,10%	6	29,05	29,12	0,07	0,24%
7	32,96	33,00	0,04	0,11%	7	32,96	33,05	0,08	0,25%
8	36,88	36,92	0,04	0,12%	8	36,88	36,97	0,09	0,26%
9	40,79	40,84	0,05	0,12%	9	40,79	40,89	0,11	0,26%
10	44,70	44,76	0,06	0,12%	10	44,70	44,82	0,12	0,26%
11	50,76	50,83	0,07	0,13%	11	50,76	50,90	0,14	0,27%
12	56,82	56,90	0,08	0,14%	12	56,82	56,98	0,16	0,28%
13	62,88	62,97	0,09	0,15%	13	62,88	63,06	0,18	0,29%
14	68,94	69,05	0,10	0,15%	14	68,94	69,14	0,20	0,29%
15	75,01	75,12	0,12	0,16%	15	75,01	75,23	0,22	0,30%
16	83,28	83,41	0,13	0,16%	16	83,28	83,53	0,25	0,30%
17	91,56	91,70	0,14	0,16%	17	91,56	91,83	0,27	0,30%
18	99,83	99,99	0,16	0,16%	18	99,83	100,13	0,30	0,30%
19	108,11	108,28	0,17	0,16%	19	108,11	108,43	0,32	0,30%
20	116,39	116,57	0,19	0,16%	20	116,39	116,73	0,35	0,30%
21	137,44	137,66	0,22	0,16%	21	137,44	137,85	0,42	0,30%
22	158,49	158,75	0,26	0,17%	22	158,49	158,97	0,48	0,31%
23	179,54	179,84	0,30	0,17%	23	179,54	180,09	0,55	0,31%
24	200,59	200,93	0,34	0,17%	24	200,59	201,21	0,62	0,31%
25	221,65	222,02	0,38	0,17%	25	221,65	222,33	0,69	0,31%
26	242,70	243,11	0,41	0,17%	26	242,70	243,45	0,75	0,31%
27	263,75	264,20	0,45	0,17%	27	263,75	264,57	0,82	0,31%
28	284,80	285,29	0,49	0,17%	28	284,80	285,69	0,89	0,31%
29	305,85	306,38	0,53	0,17%	29	305,85	306,81	0,96	0,31%
30	326,91	327,47	0,56	0,17%	30	326,91	327,93	1,02	0,31%

Tabelas 4 e 5 – Comparação das Faturas Residenciais (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Faturas Residenciais - Água e Esgoto					Faturas Residenciais - Água e Esgoto				
Volume m³	Fatura em RS		Diferença		Volume m³	Fatura em RS		Diferença	
	Atual	25% e 50%	RS	%		Atual	50%	RS	%
0	35,44	35,50	0,06	0,16%	0	35,44	35,55	0,11	0,30%
1	39,11	39,17	0,06	0,16%	1	39,11	39,23	0,12	0,30%
2	42,78	42,85	0,07	0,16%	2	42,78	42,91	0,13	0,30%
3	46,45	46,53	0,08	0,16%	3	46,45	46,59	0,14	0,30%
4	50,12	50,20	0,08	0,16%	4	50,12	50,27	0,15	0,30%
5	53,79	53,88	0,09	0,16%	5	53,79	53,95	0,16	0,30%
6	61,61	61,71	0,10	0,16%	6	61,61	61,80	0,19	0,30%
7	69,44	69,55	0,11	0,16%	7	69,44	69,65	0,21	0,31%
8	77,26	77,39	0,13	0,17%	8	77,26	77,50	0,24	0,31%
9	85,08	85,22	0,14	0,17%	9	85,08	85,34	0,26	0,31%
10	92,91	93,06	0,15	0,17%	10	92,91	93,19	0,29	0,31%
11	105,03	105,21	0,18	0,17%	11	105,03	105,35	0,32	0,31%
12	117,15	117,35	0,20	0,17%	12	117,15	117,52	0,36	0,31%
13	129,28	129,50	0,22	0,17%	13	129,28	129,68	0,40	0,31%
14	141,40	141,65	0,24	0,17%	14	141,40	141,84	0,44	0,31%
15	153,53	153,79	0,27	0,17%	15	153,53	154,01	0,48	0,31%
16	170,08	170,37	0,30	0,17%	16	170,08	170,61	0,54	0,31%
17	186,63	186,95	0,33	0,17%	17	186,63	187,21	0,59	0,31%
18	203,18	203,53	0,35	0,17%	18	203,18	203,82	0,64	0,31%
19	219,73	220,11	0,38	0,17%	19	219,73	220,42	0,69	0,31%
20	236,28	236,69	0,41	0,17%	20	236,28	237,02	0,74	0,31%
21	257,33	257,78	0,45	0,18%	21	257,33	258,14	0,81	0,32%
22	278,38	278,87	0,49	0,18%	22	278,38	279,26	0,88	0,32%
23	299,44	299,96	0,53	0,18%	23	299,44	300,38	0,95	0,32%
24	320,49	321,05	0,56	0,18%	24	320,49	321,50	1,01	0,32%
25	341,54	342,14	0,60	0,18%	25	341,54	342,62	1,08	0,32%
26	362,59	363,23	0,64	0,18%	26	362,59	363,74	1,15	0,32%
27	383,64	384,32	0,68	0,18%	27	383,64	384,86	1,21	0,32%
28	404,70	405,41	0,72	0,18%	28	404,70	405,98	1,28	0,32%
29	425,75	426,50	0,75	0,18%	29	425,75	427,10	1,35	0,32%
30	446,80	447,59	0,79	0,18%	30	446,80	448,22	1,42	0,32%

Tabelas 6 e 7 – Comparação das Faturas Comerciais (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Categoria Comercial (Água e Esgoto)					Categoria Comercial (Água e Esgoto)				
Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença		Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença	
	Atual	25-50%	R\$	%		Atual	50%	R\$	%
0	57,42	57,51	0,09	0,15%	0	57,42	57,59	0,17	0,29%
5	97,17	97,32	0,15	0,15%	5	97,17	97,45	0,28	0,29%
10	156,78	157,03	0,26	0,16%	10	156,78	157,25	0,48	0,30%
20	317,14	317,67	0,53	0,17%	20	317,14	318,11	0,98	0,31%
30	519,17	520,07	0,91	0,17%	30	519,17	520,80	1,63	0,31%
50	966,06	967,78	1,73	0,18%	50	966,06	969,14	3,08	0,32%
100	2.190,36	2.194,34	3,99	0,18%	100	2.190,36	2.197,41	7,05	0,32%
200	4.638,96	4.647,45	8,50	0,18%	200	4.638,96	4.653,95	14,99	0,32%
300	7.518,66	7.532,31	13,66	0,18%	300	7.518,66	7.542,84	24,19	0,32%

Tabelas 8 e 9 – Comparação das Faturas Industriais (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Categoria Industrial (Água e Esgoto)					Categoria Industrial (Água e Esgoto)				
Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença		Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença	
	Atual	25-50%	R\$	%		Atual	50%	R\$	%
0	57,42	57,51	0,09	0,15%	0	57,42	57,59	0,17	0,29%
5	97,17	97,32	0,15	0,15%	5	97,17	97,45	0,28	0,29%
10	156,78	157,03	0,26	0,16%	10	156,78	157,25	0,48	0,30%
20	317,14	317,67	0,53	0,17%	20	317,14	318,11	0,98	0,31%
30	519,17	520,07	0,91	0,17%	30	519,17	520,80	1,63	0,31%
50	966,06	967,78	1,73	0,18%	50	966,06	969,14	3,08	0,32%
100	2.190,36	2.194,34	3,99	0,18%	100	2.190,36	2.197,41	7,05	0,32%
200	4.638,96	4.647,45	8,50	0,18%	200	4.638,96	4.653,95	14,99	0,32%
300	7.518,66	7.532,31	13,66	0,18%	300	7.518,66	7.542,84	24,19	0,32%

Tabelas 10 e 11 – Comparação das Faturas Públicas (Tarifas definidas no Reajuste COPASA – 2022)

Categoria Pública (Água e Esgoto)					Categoria Pública (Água e Esgoto)				
Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença		Volume m³	Faturas (R\$)		Diferença	
	Atual	25-50%	R\$	%		Atual	50%	R\$	%
0	48,80	48,88	0,08	0,16%	0	48,80	48,95	0,15	0,30%
5	86,45	86,60	0,15	0,17%	5	86,45	86,70	0,25	0,29%
10	142,92	143,17	0,25	0,18%	10	142,92	143,35	0,44	0,31%
20	294,82	295,35	0,54	0,18%	20	294,82	295,74	0,93	0,31%
30	486,22	487,10	0,88	0,18%	30	486,22	487,75	1,54	0,32%
50	909,62	911,25	1,63	0,18%	50	909,62	912,49	2,88	0,32%
100	2.069,62	2.073,25	3,63	0,18%	100	2.069,62	2.076,14	6,53	0,32%
200	4.389,62	4.397,25	7,64	0,17%	200	4.389,62	4.403,44	13,83	0,32%
300	7.117,72	7.130,28	12,56	0,18%	300	7.117,72	7.140,24	22,53	0,32%

Nota-se que houve aumento em todas as faixas, o que é explicado pelo ônus gerado pela concessão do benefício, a fim de garantir a manutenção da receita do prestador. Além disso, nota-se que, tanto para os usuários residenciais quanto para os usuários não residenciais, o aumento em suas faturas foi de cerca de 0,17% no primeiro cenário (benefício misto) e 0,31% no segundo cenário (benefício único de 50%).

Mesmo com a manutenção da progressividade das tarifas, a inclusão do benefício não gerou impacto significativos no Indicador de Capacidade de Pagamento dos usuários. Considerando-se uma fatura de 9 m³; a variação do indicador foi de 0,01% a 0,02%, nos dois cenários.

Com a criação das categorias para entidades filantrópicas e hospitais públicos, deve haver uma compensação financeira de forma análoga ao que é feito na compensação da Tarifa Social, em que consiste em compensar o valor pelo faturamento, a maior ou a menor, em função das parcelas do mercado das Categorias Entidade Filantrópica e Hospital Público serem diferentes das proporções previstas no reajuste/revisão anterior.

Por fim, vale ressaltar como principal ponto negativo à criação dessas categorias, a possibilidade de inviabilizar a utilização do Módulo de Reajuste Tarifário que está em desenvolvimento. O Sistema de Informações Regulatórias da Arsa-MG (SIR), utiliza informações diretamente do Banco de Faturamento do BI. No BI não é possível incluir novas categorias sem fazer um aditivo de contrato para este desenvolvimento específico.

Alternativa II – Compensação financeira pelos Descontos Concedidos

A segunda alternativa é criar uma compensação a ser incluída em componentes financeiros no reajuste tarifário. A compensação consiste em calcular a diferença do faturamento que a COPASA teria caso não houvesse subsídio para as Entidades Sociais com o valor que foi recebido de fato pela

prestadora, de modo que ela receba a compensação pelo serviço prestado e não convertido em receita. A diferença é feita mês a mês e o valor é corrigido pela SELIC acumulada até o mês de aplicação do reajuste tarifário.

Em relação aos descontos apurados nos subsídios das faturas, foram simuladas 2 alternativas análogas à alternativa anterior: desconto de 25% para entidades filantrópicas e desconto de 50% para hospitais filantrópicos, como é feito atualmente; e 50% de desconto para todos os usuários cadastrados. Para o cálculo da compensação, foi utilizada a mesma projeção de mercado da alternativa anterior.

A tabela abaixo demonstra o montante a ser compensado para cada alternativa e o comprometimento da receita para o programa, seguindo como parâmetro os limites definidos na Lei Estadual nº 22.721/17. Em ambas as alternativas, o comprometimento ficaria abaixo do limite legal, como demonstrado abaixo.

Tabela 12 – Subsídio Simulado e o Comprometimento da Receita

Alternativas	Desconto (R\$)	% da receita
25% para entidades filantrópicas e 50% para hospitais filantrópicos	11.194.305,74	0,17%
50% para todos cadastrados no programa	20.495.664,86	0,31%

É importante destacar que, mesmo considerando todo o mercado potencial, ainda assim não foi possível chegar ao valor aproximado de 0,26% da receita conforme apresentado pela COPASA. Uma possível explicação seria a diferença de classificação de categoria das atuais entidades beneficiadas pelo programa.

Como a Arsa-MG não possui informações sobre o mercado potencial com as informações mensais consistentes, o valor do desconto da tabela acima foi dividido entre 12 meses anteriores ao reajuste e corrigiu-se mês a mês pela SELIC acumulada no período. Ao adicionar esses valores às Compensações Financeiras do reajuste tarifário de 2022 da COPASA, pode-se analisar quais seriam os impactos sentidos pelos usuários:

Tabela 13 – Impactos no Efeito Tarifário Médio (ETM)

Alternativas	ETM	RT1 aplicação
Reajuste 2022	15,70%	6.663.604.055,43
25% para entidades filantrópicas e 50% para hospitais filantrópicos	15,93%	6.677.459.682,99
50% para todos cadastrados no programa	16,12%	6.687.798.961,80

Houve um aumento de 0,42% em relação ao ETM do reajuste aplicado para a alternativa de 50%, enquanto para o desconto misto de 25% e 50% vê-se uma diferença de 0,23%.

Na ótica do comprometimento da capacidade de pagamento para as categorias residencial social e residencial normal, há uma elevação do comprometimento de renda dos usuários da

COPASA. O cálculo, análogo ao anterior, considera a faixa de consumo de 9 m³ e indicou um aumento de 0,01% a 0,02% no indicador, similarmente ao que fora apresentado na alternativa anterior.

Alternativa III – Não Fazer Nenhuma Mudança

Atualmente, os descontos concedidos representam menos de 0,26% do faturamento mensal da COPASA, menos da metade do limite estabelecido por lei. Além disso, não há obrigatoriedade legal de a agência reconhecer os descontos concedidos pela COPASA no cálculo da composição tarifária. Não obstante, com a inexistência de uma base de dados real dos usuários potenciais, não é possível garantir a precisão das estimativas anteriores, dificultando a tomada de decisão. Além disso, com a extinção do programa Conta com a Gente, torna-se limitada e complexa a fiscalização por parte da agência, mesmo de posse da Orientação Conjunta já citada.

A presente alternativa tem como vantagens as dispensas de adaptação da agência, de elaboração de Consulta e Audiência Pública, também não traria inviabilidade de utilização do Módulo de Reajuste Tarifário e do BI, assim como garantiria a continuidade da estrutura tarifária durante o ciclo tarifário.

Destaca-se também que nem sempre o reconhecimento e a aplicação de um programa de subvenção são papéis do regulador. Existem outras formas sociais, que não estão diretamente ligadas ao órgão regulador, que geram incentivo ao setor, como por exemplo, incentivos fiscais a entidades sociais. Diminuir o valor da fatura da água não é garantia de solução do problema, principalmente quando considerada a questão da inadimplência destes usuários.

8. COMPARAÇÃO DAS ALTERNATIVAS:

Conforme explicitado no item 7, a consideração dos benefícios concedidos no cálculo tarifário não possui impactos significativos nas faturas dos demais usuários da COPASA. Dessa forma, a inclusão do Programa de Subvenções Sociais ao cálculo tarifário tende a garantir sua continuidade, bem como possibilita a ampliação do subsídio sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do prestador. Do ponto de vista social do programa, a subvenção beneficia projetos que geram impactos positivos à sociedade, não contemplando apenas estes usuários que se enquadram ao subsídio, mas também todos os usuários que desfrutam das atividades das entidades e hospitais filantrópicos.

Primeiramente, das alternativas de implementação do programa apresentadas, as duas primeiras atendem ao objetivo de forma similar. Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas.

No que tange a primeira alternativa, temos como pontos positivos um melhor alinhamento ao que hoje é praticado no setor. Entretanto, todas as mudanças na estrutura tarifária devem ser feitas em momentos de revisões, e não durante os ciclos, de forma a garantir a perenidade e previsibilidade

intraciclo. Além disso, como já mencionado, a alteração da estrutura pode inviabilizar o Módulo de Reajuste do SIR.

A segunda alternativa, por sua vez, apresenta como pontos positivos a simplicidade de cálculo, fácil acomodação ao Módulo de Reajuste do SIR e a perenidade da estrutura de progressividade. Contudo, a utilização de compensações não é utilizada por outras agências e, assim como a anterior, resulta em uma alteração na dinâmica tarifária que não deve ser realizada dentro do ciclo tarifário.

Já a terceira alternativa, justifica-se devido à ausência de informações confiáveis. A falta de conhecimento por parte da agência dos reais usuários potenciais dessa iniciativa, torna os números apresentados nesse relatório podem não ser precisos.

Ressalta-se que o não reconhecimento das subvenções no cálculo tarifário não impede a continuidade do programa, este apenas não será incluído no cálculo da receita do prestador. Além disso, o valor destinado ao programa não impacta no equilíbrio econômico-financeiro do prestador.

Por fim, um ponto que foi considerado é o possível impacto da queda da inadimplência para as categorias comercial e pública no que tange o percentual de Receitas Irrecuperáveis e a Receita Tarifária da COPASA. Utilizando os mesmos critérios para estimar o mercado potencial para as alternativas, realizou-se um cálculo para encontrar a parcela (%) das entidades filantrópicas e hospitais públicos em relação ao total das Receitas Irrecuperáveis. O resultado demonstra que 0,54% das Receitas Irrecuperáveis é composto pelo possível mercado potencial das entidades sociais.

Hipoteticamente, caso a inadimplência das entidades filantrópicas e hospitais públicos fosse zerada após a regulamentação do subsídio pela Arsa-e-MG, haveria uma redução aproximada de 0,01%² no percentual de Receitas Irrecuperáveis, totalizando uma diferença de R\$1,16 milhão na Receita Tarifária da COPASA. Ao analisar a proporção deste valor em relação à Receita Tarifária da Copasa (R\$6,7 bilhões), percebe-se que seria irrelevante.

9. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO:

Como estratégia de implementação da proposta, caso entenda-se como viável, há a necessidade de estabelecer uma Resolução que defina as regras do Programa de Subvenções Sociais, os percentuais de descontos concedidos, a metodologia de compensação, assim como os procedimentos de cadastramento e descadastramento.

Há a possibilidade da implementação ocorrer a partir do próximo Reajuste ou Revisão Tarifária de cada prestador. Na ocasião, os prestadores deverão ter seus sistemas comerciais adaptados para

² Receitas Irrecuperáveis (2,86%) * peso das entidades filantrópicas e hospitais públicos (1 - 0,54%) = 2,85%.

o envio de informações mensais referentes aos usuários beneficiados, bem como o valor das subvenções e demais informações que a agência julgar pertinentes.

A fiscalização acontecerá por parte da Agência, por meio de análises de consistência, bem como da verificação do adequado fornecimento do benefício, com aplicação de sanções cabíveis em caso de descumprimento.

10. TOMADA DE SUBSÍDIOS (CONSIDERAÇÕES SOBRE MANIFESTAÇÕES ABERTAS AO PÚBLICO E RECEBIDAS EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL):

Por se tratar da primeira versão da Análise de Impacto Regulatório, não há contribuições provenientes de participação social. As contribuições obtidas por meio de Audiência Pública serão analisadas e registradas nessa seção tão logo ocorrerem.

CONCLUSÃO

Parecer final da análise:

☒ **VIÁVEL**

☐ **INVIÁVEL**

☐ **INCONCLUSIVO**

Com base na finalidade prática da metodologia de avaliação e na busca por abranger os usuários de entidades filantrópicas, a presente Análise de Impacto Regulatório (AIR) concluiu que as alternativas relacionadas à inclusão de mecanismos tarifários para o programa de subvenções para entidades filantrópicas são viáveis.

Mesmo que a consideração dos benefícios concedidos no cálculo tarifário não seja uma obrigação da ARSAE, e mesmo que o valor dos descontos concedidos não comprometem o equilíbrio econômico-financeiro, como alegado pelo prestador, entende-se que o abastecimento de água e esgotamento sanitário possuem um importante papel social, e, portanto, sugere-se o reconhecimento do programa.

A implementação de um programa de subvenções sociais para entidades filantrópicas pode trazer diversos benefícios à sociedade. Entretanto, é importante que sejam considerados os possíveis impactos negativos decorrentes de mudanças na estrutura tarifária, como o aumento da tarifa média para outras categorias e o comprometimento de renda dos usuários, principalmente aqueles das categorias residencial e residencial social.

Não obstante, existem outras formas, que não perpassam pelo órgão regulador, de garantir o incentivo às entidades que possuem um papel social tão relevante. A redução do valor das faturas de água e esgoto não são garantia de resolução do problema de inadimplência das entidades, visto que muitas dessas já possuem histórico de inadimplemento, mesmo com os descontos concedidos pela COPASA. Dessa forma, o reconhecimento das subvenções exerce um papel complementar às demais políticas públicas de assistência social.

Assim, sugere-se a metodologia de Compensações (alternativa II). A escolha se justifica na constatação de que, apesar de ir contra o que é praticado no setor, as compensações tendem a ser mais simples de serem realizadas, não necessitam de mudança na estrutura tarifária e não trariam impacto para a utilização do SIR.

Responsáveis pela análise:

Pedro Henrique de Matos Araujo
Analista de Regulação Tarifária

Vinicius Yudi Ozaki
Analista de Regulação Tarifária

Gustavo Moreira Rezende
Estagiário

João Vítor Ramos de Medeiros
Estagiário

De acordo:

Marina Guedes Martins Trivelato
Gerente de Regulação Tarifária

Raphael Castanheira Brandão
Coordenador Técnico de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira